

CIDADES

Inaiá Carvalho

INTRODUÇÃO

O dossiê deste número se reporta às cidades, onde vive a grande maioria da população mundial e brasileira, e sobre as quais vêm incidindo, especialmente, as grandes transformações do presente, acompanhando o processo de globalização.

Esse processo está associado a um intenso avanço tecnológico e a mudanças radicais nos padrões de produção, comercialização e consumo; à conformação de um mercado mundial, a uma desmaterialização da riqueza e a uma reconfiguração dos territórios, que desencadeia uma reciclagem espacial acelerada, vinculando áreas distantes de tal forma, que condições locais passam a ser definidas por processos e eventos globais, e incorporando de forma bastante seletiva aos novos fluxos dinâmicos diferentes regiões; ao enfraquecimento do Estado e das instâncias reguladoras constituídas em escala nacional, à desregulamentação e flexibilização dos mercados e à difusão de uma cultura globalizada, entre outros aspectos que se refletem sobre a rede urbana.

Cidades manufatureiras fordistas, antes prósperas e integradas, são afetadas negativamente por uma combinação variável de destruição de setores e atividades tradicionais, fuga de capitais, fechamento de fábricas e ataque direto ao trabalho organizado; alguns centros urbanos são dinamizados pela sua incorporação a determinados circuitos e redes (ainda que os benefícios dessa incorporação sejam seleti-

vos e parciais), enquanto outros permanecem descartados e à margem do desenvolvimento, agora sem maiores perspectivas de integração.

Impactando sobre a economia e sobre o mercado de trabalho urbano, os novos padrões de organização da produção têm ocasionado uma expressiva destruição ou precarização de postos de trabalho, uma queda da participação e do emprego industrial e um grande incremento do setor terciário, acentuando a sua diversificação. Crescem tanto os serviços de ponta, ligados à produção, às finanças ou a padrões culturais e de consumo globalizados, como o comércio ambulante e outras precárias atividades do setor informal, ampliando as desigualdades e suscitando discussões sobre uma tendência à polarização da estrutura e do espaço urbano. Ainda que essa polarização não venha sendo comprovada, observa-se um grande crescimento do desemprego, da vulnerabilidade social e da pobreza urbana, em antigas e em novas condições.

As mudanças no papel do Estado, que reduz seu protagonismo não apenas em termos econômicos como também na área social, afetam a provisão de bens e serviços de consumo coletivo e estabelecem novas formas de relação entre o público e o privado para a referida provisão. Crescem as responsabilidades do poder local sobre a cidade, com a emergência, inclusive, de novos paradigmas de gestão urbana. Paradigmas que enfatizam a participação cidadã e o estabelecimento de novas relações e parcerias entre o governo e a sociedade, ou um “empreendedorismo urbano”, orientado para uma busca de “competitividade”, que explora vantagens comparativas para competir com outras cidades no mercado globalizado, tornando-a mais atrativa para os capitais.

A paisagem urbana também vem sendo transformada, com o deslocamento de áreas industriais, a degradação de antigas áreas centrais ou a proliferação de parques temáticos, complexos empresariais e outros artefatos urbanos de grande impacto.

A recorrência desses fenômenos, porém, não se traduz na existência de uma única lógica ou de um único padrão de organização das cidades (ou até mesmo das grandes metrópoles), cuja configuração está associada, fundamentalmente, à sua história, sua morfologia original, sua paisagem urbana, condições sociais e cultura.

Tocado de forma mais direta ou indireta pelas citadas transformações, o panorama atual das cidades vem se definindo a partir de um processo complexo de continuidade e mudanças onde o pré-existente condiciona a emergência do novo (que, em muitos casos, já se esboçava no passado), e onde as decisões, instituições e atores nacionais e locais têm um peso relevante. Por isso mesmo, é preciso refletir sobre a trajetória e as especificidades das cidades brasileiras e latino-americanas (à luz da experiência internacional), considerando tanto a herança histórica de um processo de urbanização marcado por intensidade, rapidez, desigualdades e carências de toda a ordem, como os efeitos espaciais e sociais da inserção desses países na nova ordem mundial.

Os textos deste dossiê orientam-se nessa direção, enfocando o crescimento da pobreza e das desigualdades, a segregação, a cidadania, o espaço público, o patrimônio e a paisagem urbana. O artigo de Maura Vêras reporta-se ao agravamento da questão social nas cidades, com o desmantelamento dos arranjos institucionais de inspiração fordista estabelecidos no período anterior e uma reestruturação radical do mercado de trabalho, marcada pela queda do emprego industrial, pela redução, flexibilização e precarização dos postos de trabalho, pelo crescimento do desemprego e da pobreza, em velhas e novas configurações. Seu texto discute o conceito de exclusão social, que adquiriu uma nova conotação e relevância no debate sociológico internacional, na medida em que processos tradicionalmente familiares ao Brasil e à América Latina começaram a se fazer presentes e a serem estudados na Europa e nos Estados Unidos, problematizando o seu significado e utilização. Reconstitui, também, a trajetória do debate nacional sobre a referida questão, apresentando uma breve síntese das

categorias analíticas e das contribuições dos seus principais estudiosos, no Brasil, especialmente em suas manifestações urbanas.

Algumas dessas manifestações também são abordadas no trabalho de Edgard Porto e Edmilson Carvalho, que analisam os impactos da globalização, comuns às metrópoles latino-americanas, relacionando-os com a formação histórica dos seus países e com o estágio atual da economia mundializada. São destacados, entre esses impactos, uma intensa reespecialização das atividades econômicas urbanas; a constituição de uma rede de nós entre territórios e cidades de diferentes países, onde os setores mais modernos e dinâmicos se conectam mais entre si do que com outras parcelas do território contíguo; o crescimento das desigualdades e da segregação entre a cidade da produção e de ponta, moderna e afluenta (onde bairros de alta renda e condomínios fechados se isolam, protegidos por muros, guaritas e aparatos eletrônicos) e uma periferia onde a precariedade ocupacional, o desemprego e a pobreza se exacerbam paralelamente ao alastramento dos conflitos sociais, das drogas e da violência.

Como se sabe, a segregação social e espacial é uma característica importante das cidades. As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e espacial, que indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço das cidades. No Brasil e em outros países (onde a diferenciação está associada a enormes desigualdades), essa característica foi perversamente acentuada pelo padrão periférico da expansão urbana, que concentra as classes altas e médias em áreas centrais e bem equipadas, remetendo os trabalhadores pobres para precárias e distantes periferias. Sobrepondo-se a esse padrão, transformações mais recentes vêm extremando a segregação, com a constituição dos denominados “enclaves fortificados” (ou seja, de espaços privatizados e seletivos, fechados e monitorados para residência, trabalho, consumo e lazer das camadas de mais alta renda), o abandono das ruas e praças para os pobres e marginalizados e mudanças no caráter do espaço público e das interações públicas entre as classes.

Enfocando a evolução da segregação social e das desigualdades urbanas na metrópole parisiense nos últimos anos, o artigo de Edmond Préteceille traz elementos relevantes para uma comparação e melhor compreensão desse fenômeno. Discutindo o seu caráter e significado, o autor demonstra como pesquisas sociológicas podem contribuir para uma revisão das representações e concepções dominantes no senso comum e na própria agenda política sobre o caráter dessa segregação. Critica a tese da dualização, difundida a partir do modelo teórico das cidades globais, que supõe uma polarização da estrutura social e a existência de cidades marcadas pela separação entre os “excluídos” e os “outros”, constatando o caráter relativo e as gradações da segregação na capital francesa. Analisa os efeitos de segregação no que concerne ao acesso a equipamentos e serviços urbanos e à complexidade da convivência entre grupos diferenciados, problematizando as supostas virtudes da mistura social e alternativas para o enfrentamento dos problemas em questão.

O artigo de Bárbara Freitag analisa uma outra característica do processo de urbanização no Brasil, o abandono de núcleos e sítios urbanos e a perda do patrimônio histórico-cultural. Apresentando uma tipologia das cidades históricas brasileiras, a autora assinala como, mesmo sem a experiência de bombardeios aéreos ou ocupação por tropas inimigas, essas cidades guardam semelhanças com as cidades europeias atingidas pelas grandes guerras, sendo “feridas”, demolidas ou reconstruídas caoticamente, sem um plano ou concepção mais amplos, em função de interesses particularistas, políticos e econômicos. Enfatiza a necessidade de valorizar uma “substância urbana” do passado, que merece ser preservada no presente para as gerações futuras, e discute alternativas para o alcance desse objetivo, com base na experiência de outros modelos de preservação no mundo.

O texto de Brasilmar Nunes estuda as características e especificidades de Brasília, construída para se transformar na capital política do país, ressaltando determinantes de ordem cultural. Como um espelho da sociedade brasileira, Brasília encontra-se profundamente dividida, de

um lado, entre o Plano Piloto, que abriga a administração e os funcionários públicos e onde prevalece um projeto arquitetônico moderno, arrojado e controlado como uma infra-estrutura de alto padrão e, de outro lado, as cidades satélites, com carências e problemas de toda ordem, onde se concentram migrantes, pobres e desempregados. Centrando-se na análise do Plano Piloto, o autor recusa abordagens mecanicistas, que prevaleceram por alguns anos nos estudos urbanos do Brasil, incorporando a dimensão simbólica do espaço construído e a relação entre o urbanismo e as práticas sociais na discussão, procurando compreender a cidade a partir da cultura e da lógica da burocracia estatal que aí vive e trabalha.

As características e tendências apontadas pelo conjunto desses trabalhos não eliminam as relações entre cidades e cidadania. Essas relações são enfocadas, mais particularmente, no artigo de Sílvia Aldeiroqui, que começa por discutir o conceito de cidadania e o estatuto de cidadão, considerando que a educação tem um papel relevante no seu desenvolvimento, que o global não dissolveu a importância do local e que essa segunda instância pode ter, agora, um papel mais ativo e decisivo. A partir dessas considerações, a autora aborda o desafio de fazer da cidade, dos seus lugares, bairros e espaços públicos, da participação e da auto-estima dos seus habitantes, um laboratório de cidadania. Para enfrentá-lo, sugere que os governos locais desenvolvam um projeto intelectual, político e urbano de formação do cidadão. Projeto que, contemplando diversas dimensões, desenvolva e amplie a vivência e a compreensão da cidade e os encontros, contactos e interações sociais entre os seus diferentes grupos, incorpore a infância e a juventude e contribua para que a cidade se transforme, enfim, em um espaço mais igualitário, de riqueza e de esperança, onde, ao invés de “meninos de rua”, possam ser encontradas crianças brincando nas ruas.